Coordenação Nacional de Lutas
FENAJUFE

Jornal do Judiciário

SINTRAJUD
nossa luta faz acontecer

Quinta-feira, 17 de setembro de 2009 - Número 358 - 13.000 exemplares - Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário - www.sintrajud.org.br - (11) 3222.5833

23 de setembro: Dia Nacional de Luta por revisão salarial



Eliseu S. Soares

Assembleia em frente ao Fórum das Execuções em 2006: mobilização foi fundamental para a conquista do PCS-3

Serão realizados atos em todos os tribunais. Sem mobilização, não haverá reajuste

No último sábado, dia 12, a delegação do Sintrajud participou da reunião ampliada da Fenajufe, quando foi debatida a proposta de reajuste salarial dos tribunais superiores. Os delegados de São Paulo, eleitos na última assembleia geral realizada dia 29, levaram a Brasília as deliberações dos servidores: reajuste no vencimento básico e não à política de gratificações. Com o mesmo orçamento, divulgado pelos tribunais, o Sintrajud defendeu que o aumento incida sobre o salário base.

Para o Sindicato, ao aceitar um reajuste que privilegie gratificações, inclusive, com a criação de mais uma (a GPT, que substituiu a gratificação de desempenho), o servidor cairá numa armadilha. Por isso, para o Sintrajud, a direção majoritária da federação, deve rever a posição de não questionar um reajuste em forma de gratificações e exigir a melhora da proposta dos tribunais superiores.

CNJ propõe aumento da jornada e metas inatingíveis

A Meta 2, estipulada pelo CNJ, que prevê o julgamento até o fim do ano de todos os processos distribuídos até 31 de dezembro de 2005, dá uma amostra dessa política. Além da Meta 2, no momento em que a luta é pela redução da jornada, o CNJ acaba de estabelecer a jornada de 8 horas para os servidores. A proposta de revisão salarial dos tribunais superiores segue essa direção: aumentar o volume de trabalho, que já é elevado, e vincular o salário ao cumprimento de metas de produtividade.

Na proposta dos tribunais superiores, o vencimento básico passaria dos atuais 66% para 42% do total da remuneração, o resto seria composto pelas gratificações. Além do risco de uma redução salarial futura, a proposta quebra a paridade e a isonomia entre ativos e aposentados, pensionistas e agentes de segurança. Estes, pela proposta, não receberão a GPT, o que quebra a isonomia, já que a GAS dos agentes é uma gratificação pelo risco da atividade que eles exercem. A proposta ainda prevê um prêmio por produtividade só para ativos.

Melhorar a proposta priorizando vencimento básico

É preciso mobilização para garantir que as armadilhas da proposta dos tribunais superiores sejam retiradas e, em seguida, que ela seja imediatamente enviada ao Congresso Nacional. Os servidores defendem o reajuste proposto, mas no vencimento básico, conforme foi aprovado nas assembleias setoriais e na geral.

O fato de o projeto não ter sido enviado ao Congresso no prazo para refletir na Lei Orçamentária de 2010 não altera em nada a nossa mobilização. Nos três PCS's que conquistamos primeiro aprovamos o projeto e depois houve suplementação orçamentária para o pagamento.

No dia 23, o Sintrajud convoca os servidores para defender o reajuste no vencimento básico e dizer não à política de gratificações. Qualquer reajuste só virá com mobilizações. A história das conquistas da categoria comprova isso.

PARTICIPE NO DIA 23 DE SETEMBRO, QUARTA-FEIRA

TRF/JF – em frente ao Fórum Pedro Lessa, às 13h | **FÓRUM DAS EXECUÇÕES FISCAIS** – no auditório, às 13h | **TRE** – no saguão da sede da Dr. Falcão, às 13h | **TRT/JT** – no Fórum da Barra Funda, às 13h | **SANTOS** – na porta dos Fóruns da JF e JT, às 11h

Opinião do Sintrajud

FGV uma consultoria Neoliberal

A Fundação Getúlio Vargas venceu a licitação de R$ 3,2 milhões realizada pelo CNJ para prestar serviços de consultoria na implantação de programa de gestão estratégica e controle administrativo do Poder Judiciário.

Embora a concorrência esteja em fase de recurso, à publicação da FGV como vitoriosa somam-se outras iniciativas do CNJ que modificarão profundamente o dia-a-dia dos servidores, assim como a sua vida funcional.

Coordenado pelo CNJ, o programa abrange todos os tribunais superiores, federais, regionais e estaduais de todos os ramos e os próprios conselhos de Justiça. Segundo publicado pela Folha de S. Paulo, a "intenção é nivelar a atuação dos tribunais na área administrativa, com indicadores de desempenho a partir de metas definidas em cada tribunal, e criar projetos para o cumprimento dessas metas".

Faz alguns anos que a FGV presta serviços aos tribunais, e (des)serviço aos servidores e à população, tentando impor uma cultura baseada na economia de mercado para organismos públicos que não têm o lucro por finalidade e sim a prestação de um serviço estatal de qualidade à população.

A Fundação baseia-se nos planos já adotados em empresas privadas, que obtêm mais resultados depois da implementação, ou seja, conseguem mais lucros.

No TRT, por exemplo, a FGV fez estudos afirmando que a vara 'modelo' funcionaria com seis servidores, quando hoje há 12, sobrecarregados. Ao passo que a resolução 53 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho reconheceu que seriam necessários, não 6, mas 18 funcionários para dar conta dos trabalhos.

Embora mal tenha vencido a licitação, o ideário neoliberal privatizante da FGV parece estar por trás de cada ação do CNJ. Na realidade, a prática neoliberal do CNJ prescinde da consultoria da Fundação Getúlio Vargas.

Essa ideia de uma justiça rápida e para todos é o gritante manifesto de um Poder institucional mais interessado em apresentar números ao invés de amenizar as abismais diferenças sociais de um dos países mais desiguais deste planeta.

A faceta mais evidente desse pensamento é a Semana da Conciliação, agora com o PLUS, Meta 2. Conforme denunciamos no JJ334, em muitos casos, principalmente nos trabalhistas, a conciliação significa uma perda para o trabalhador, que recebe só uma parte de seus direitos.

Um outro exemplo válido é o do ex-ministro da Fazenda e deputado federal (PT-SP) Antonio Palocci, inocentado pela quebra do sigilo bancário do caseiro que testemunhou as suas visitas em uma casa inusitadamente frequentada. A frase do presidente do STF, Gilmar Mendes, foi célebre: "O favorecimento de alguém num crime não é suficiente para que esta pessoa seja denunciada, caso não haja descrição de sua conduta".

Essa política do CNJ, assessorada pela FGV, pode melhorar os números do poder Judiciário, mas não significa que a justiça será feita.

5º lugar do Concurso de Fotografia do Sintrajud



Foto de Eduardo Luis da Silva Soares "Praia de Marjolândia" Fortaleza - Ceará.
Serão publicadas as 14 primeiras.

Atenção: prorrogado prazo para ingressar nas novas ações coletivas

O Sintrajud estendeu o prazo para os servidores participarem das seis ações aprovadas na assembleia do dia 14 de agosto. Entre elas, o Mandado de Injunção pedindo a revisão geral anual dos salários da categoria. Para poder participar delas você precisa ser sócio da entidade. O prazo vai até o dia 30 de setembro

Ações que serão ajuizadas

- Mandado de Injunção para a Revisão Geral Anual de Remuneração
- Isenção de Imposto de Renda sobre o abono de permanência
- Isenção de Imposto de Renda sobre o auxílio pré-escolar/ creche
- Paridade salarial plena dos aposentados com os servidores da ativa
- Cobrança de Horas Extras
- Anulação dos atos que extinguem especialidades ou permitam terceirização

Saiba mais em www.sintrajud.org.br

Idéias

Novilíngua

Por Gerson Ney França*

Plano de carreira: Instrumento pelo qual os servidores fazem cursos de capacitação em horários de expediente, custeados pela sociedade (os cursos e o expediente), visando agregar gratificações a seus vencimentos, que, passmem, continuarão sendo pagos pela sociedade;

Ar-condicionado: No prédio da Dr. Falcão Filho (sede II do TRE), é uma entidade metafísica, cujos rituais a ela dedicados por aqueles que acreditam na sua vinda consiste em esporádicas marteladas e instalações de dutos nos tetos dos andares, além de ungir-se de poeira;

Elevadores: No mesmo prédio, outra entidade metafísica, porém com maior capacidade de incorporação do que a anterior. Creia-se ou não na sua existência, é inegável que provoca arrepios em todos que adentram seus templos;

Recesso nos Tribunais: Jurassic Park. Em que pese sua "extinção" pela Emenda Constitucional nº 45 e pela Resolução nº 3 do CNJ, continua existindo. De mentirinha. Só pra se divertir, que ninguém é de ferro;

Capital/Interior: Binômio dialético maniqueísta dicotômico conflitante, cuja interdependência nada tem a ver com os yin e yang do taoísmo. No caso da justiça eleitoral, inclusive, são diversas as contradições, que vão desde o valor das gratificações dos chefes de cartório, passando pelas datas de pagamentos dos juízes, pelo número de servidores do quadro à disposição, pela logística de apoio, terminando no clientelismo em relação às Prefeituras. Como os igualar? Luta de classes, talvez. Mas se o próprio Karl Marx intitulou sua principal obra de "O Capital", o que esperar para o "Interior"...?

** Gerson Ney França é servidor do TRE*

IDÉIAS - textos para esta seção devem ser enviados por email para *imprensa@sintrajud.org.br*, contendo no máximo 2.000 toques. Textos com excesso de caracteres serão reduzidos a critério da edição.

Frases

De Hoje:

"Wall Street não pode voltar a assumir riscos sem se importar com as consequências e esperar que o contribuinte americano resgate os bancos de novo", frase do presidente americano **Barack Obama**, no aniversário da crise econômica, assumindo que a conta da crise foi paga até agora pelos trabalhadores

"O que eu queria ao lançar os meus sapatos contra era expressar meu rechaço às suas mentiras e à ocupação ao meu país", jornalista iraquiano **Muntazer al-Zaidi que** arremessou um par de sapatos contra George W. Bush, ao ser solto da prisão por bom comportamento.

"E o Tribunal de Contas da União não tem nenhum mecanismo para aplicar sanções sobre o governo federal. É por isso que a saúde brasileira está mergulhada no caos", **João José Cândido da Silva**, professor da Universidade Federal do Paraná e secretário de Saúde de Florianópolis, argumentando os motivos pela caótica situação da saúde.

"Quem representa o povo? Diz a mídia: somos nós; e dizemos nós (congressistas), representantes de povo somos nós... de certo modo, a mídia passou a ser uma inimiga das instituições representativas", trecho do discurso em plenário do presidente do Senado **José Sarney**. Para ele, as denúncias feitas por jornais e sites tornam a mídia inimiga.

De Ontem:

"Você nunca sabe que resultados virão da sua ação. Mas se você não fizer nada, não existirão resultados." **Mahatma Gandhi**

Mobilização

Assembleias aprovam reajuste para vencimento básico

No dia 10, servidores da capital e de Santos debateram a proposta de reajuste dos tribunais superiores. No dia 23, haverá novas atividades

Wladimir Aguiar



Assembleia no auditório do TRF

No TRF, os servidores tiraram suas dúvidas sobre a proposta e foram contra aumentos em forma de gratificação. Eles votaram em defesa da incorporação dos valores da Gratificação de Gestão de Processos de Trabalho (GPT) e do prêmio por produtividade no vencimento básico.

No TRE, Maria Cecília, diretora do Sintrajud, explicou que a proposta abre caminho para o fim da paridade entre ativos e aposentados e é um passo para a implantação da avaliação de desempenho, que pode ter como consequência a demissão de servidores, como já ocorre em outras categorias do funcionalismo.

No Fórum da JT da Barra Funda, houve um grande debate em torno da proposta dos Diretores Gerais. Na avaliação da diretora do Sintrajud Inês de Castro, essa proposta é um risco à categoria, pois nos setores do serviço público onde se implementou sistemas de metas, o servidor passou a ser penalizado ao se ausentar do trabalho por motivo de doença, por exemplo.

Os servidores da JF de Santos aprovaram, por unanimidade, o indicativo de um dia de paralisação na última semana de setembro. No fórum trabalhista, os servidores realizaram assembleia e discutiram a situação da categoria com relação à revisão salarial.

Direção de Base

Primeira reunião e solenidade de posse serão no dia 3/10

Novos diretores iniciam período já com o desafio de mobilização pelo reajuste para o vencimento básico

Terminou na sexta-feira, 11 de setembro, a eleição da nova Diretoria de Base (DB). Foram eleitos 26 servidores da Capital, interior e Baixada Santista, para representar, organizar e mobilizar a categoria no local de trabalho. Os DB's junto com os 11 representantes dos aposentados e a diretoria executiva do Sindicato comporão o Conselho de Base da entidade.

Para Vanessa Donatelli, servidora do TRT Fórum da Barra Funda, embora o trabalho da DB seja bastante difícil, "o pessoal da Diretoria de Base tem corrido atrás para organizar a categoria".

Vanessa também diz sentir falta de uma maior participação de toda a categoria, que, segundo ela, é fundamental para as conquistas das reivindicações: "Ganhamos o PCS-3 graças à mobilização da categoria e da atuação da Diretoria de Base."

Se na base e na mobilização da categoria está a força do Sintrajud, a Direção de Base contribui com outra característica do Sindicato, a democracia. "Hoje temos um Sindicato combativo, democrático e de base, e o papel dessa diretoria recém-eleita é fundamental para que o Sindicato continue assim", afirmou Cláudio Antônio Klein, servidor do TRF, diretor da Fenajufe e recém-eleito diretor de base.

Compare a nossa proposta com a proposta dos DG's dos tribunais superiores

Defender tabela salarial que, com orçamento igual, impeça "política de gratificações"

PROPOSTA DG'S							NOSSA PROPOSTA		
Cargo	Clas./Pad.	Venc.	Venc. +15%	GAJ 100%	GPT + 35%	Total	VB	GAJ + 50%	Total
ANALISTA	C-15	6.957,41	8.001,02	8.001,02	2.800,36	18.802,40	12.534,93	6.267,47	18.802,40
	A-1	4.367,68	5.022,83	5.022,83	1.757,99	11.803,66	7.869,11	3.934,55	11.803,66
TÉCNICO	C-15	4.240,47	4.8706,54	4.876,54	1.706,79	11.459,87	7.639,91	3.819,95	11.459,87
	A-1	2.662,06	3.061,36	3.061,36	1.071,48	7.194,20	4.796,14	2.398,07	7.194,20
AUXILIAR	C-15	2.511,37	2.888,08	2.888,08	1.010,83	6.786,98	4.524,66	2.262,33	6.786,98
	A-1	1.325,46	1.524,28	1.524,28	533,50	3.582,05	2.388,03	1.194,02	3.582,05

Veja tabela completa em www.sintrajud.org.br

NOTAS

Vitória do Jurídico

O Sintrajud obteve decisão favorável na ação de um servidor que teve o tempo trabalhado no setor privado, com exposição a agentes de risco, desconsiderado pela Administração. Com a vitória, o aposentado teve reconhecida a contagem de tempo especial e receberá indenização, equivalente aos salários dos quatro anos em que trabalhou a mais.

Semana da Conciliação

Acontece entre os dias 14 e 18 deste mês a Semana da Conciliação – Meta 2. Segundo o CNJ, ela visa reduzir a demanda processual, por meio de acordo entre as partes, com foco nas ações ingressadas antes de dezembro de 2005.

No caso das ações trabalhistas, quando há a celebração de um acordo, o desrespeito à legislação é flagrante, conforme denunciou a edição 334 do JJ. O Sintrajud não é contra a agilização processual. Mas só há uma solução para a celeridade dos processos: investimento no serviço e servidores públicos.

Copa de Futebol

A 6ª Copa Sintrajud de Futebol termina no sábado (26). Às 11h, na disputa pelo 3º lugar, se enfrentam Amigos da JEF (JF) X Bem Bolado (TRE). Na grande final, se enfrentarão duas equipes do TRF Bororoska e Dubbar.

O Sintrajud dá os parabéns aos atletas servidores e deseja boa sorte a todos.

Vá ao Teatro

Associados do Sindicato podem assistir ao espetáculo "Como Passar em Concurso Público" da Cia. de Comédia G7, em cartaz no Teatro Gazeta (Av. Paulista, 900) de graça. O Sintrajud disponibiliza cem ingressos para os servidores associados, válidos junto com um pagante que terá desconto de 50% no valor do ingresso inteiro e para os dias 19 e 20 de setembro. Interessados enviem o nome para o e-mail sociocultural@sintrajud.org.br até às 19h de sexta-feira (18/9/2009).

Errata

Na edição 357 do Jornal do Judiciário, página 4, na matéria "Encontro Estadual elege representantes", nos nomes dos representantes dos aposentados eleitos, leia-se: Ernesto Alberto Christ, como representante emérito.

Outras categorias

“Gratificação de desempenho é estratégia do governo”, diz previdenciário

Setores como Previdência e educação de São Paulo tiveram gratificação implementada; quebra da paridade e avaliação unicamente quantitativa são alguns dos problemas

A gratificação de desempenho tem sido implantada em diversas categorias do funcionalismo público. Com isso, o salário do servidor torna-se variável, e o aposentado recebe menos do que quem está na ativa. Já para os governos, criar gratificações é uma maneira de se isentar da contratação de mais servidores para repor o quadro. É o que diz Nelson Novaes Rodrigues, diretor do Sinsprev (Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência no Estado de São Paulo). “Na Previdência, em breve, metade da categoria irá se aposentar, instituir a gratificação por desempenho é uma estratégia do governo para não abrir mais concursos.”

Kit Gaion



Assembleia na JT debateu aumento de gratificações

Além da gratificação por desempenho, os servidores da Previdência recentemente tiveram a jornada de trabalho aumentada. “O ritmo de trabalho foi intensificado, está superacelerado”, relata Rodrigues. Ele alerta, inclusive, o aumento de casos de assédio moral no trabalho como resultado disso. Quando foi implantada, em 2001, todos os servidores recebiam a gratificação por desempenho, que era um valor fixo. No entanto, desde junho, os servidores começaram a ser avaliados pelo cumprimento de metas institucionais e individuais.

Para Rodrigues, é como se fossem vendedores e recebessem comissão quanto mais venderem. Ele explica que funciona da seguinte forma: partindo do total de 100%, 30 são fixos e todos recebem, de 30 a 80 depende da meta da instituição, e de 80 a 100 depende da meta individual que é avaliada pelo chefe. “Os critérios são subjetivos e ninguém avalia o chefe”, afirma. Os aposentados recebem invariavelmente a metade, ou seja, não há paridade.

NA SALA DE AULA

A política de gratificações não é exclusividade do governo federal, os professores da cidade de São Paulo, por exemplo, também recebem. Segundo Lourdes Quadros, diretora do Simpeem (Sindicato dos Profissionais em Educação do município), parâmetros estão sendo criados para a avaliação dos professores e funcionários da educação. Um deles é a avaliação pelo usuário. “Os pais dos alunos estão recebendo questionários em suas casas pelo correio, com cartão resposta”, diz.

Com a avaliação externa, de acordo com Quadros, é possível que o servidor acabe penalizalizado por outros problemas estruturais da escola: “Ninguém leva em conta as condições de trabalho, as salas lotadas, o material didático de má-qualidade que é pré-determinado pelo governo, a falta de estrutura, como, por exemplo, de psicólogos e fonoaudiólogos para encaminhar alunos com dificuldades, entre outros”.

A categoria recebe a gratificação uma vez ao ano. Se o servidor tiver uma falta, mesmo justificada, ou tirar licença médica há desconto na gratificação. E os aposentados também não recebem.

Reforma do Estado

Proposta de Revisão Salarial dos DG’s possui elementos sugeridos pelo Banco Mundial

Documento 319, elaborado pelo organismo internacional em 1996, estabelece as avaliações, as metas e a demissão

Em 1996, o Banco Mundial (BM) publicou o Documento 319 - O Setor Judiciário na América Latina e Caribe, elementos para a reforma. Ao tomar parte do texto é impossível não o relacionar com a proposta de Revisão Salarial, apresentada pelos Diretores Gerais (DG’s).

Escrito por Maria Dakolias, o Documento 319 aponta como responsável para a ineficiência da justiça a “prestação de serviço de forma não competitiva entre os servidores” e sugere iniciativas que reduziriam a morosidade da Justiça.

O texto afirma que são necessários mecanismos institucionais de seleção de membros qualificados: “Esses elementos devem estar adequadamente dispostos a fim de proporcionar os devidos incentivos para que operadores jurídicos prestem serviços de qualidade”.

Mesmo reconhecendo a grande demanda processual, o Documento afirma que “deve ser estabelecido... um sistema de promoções baseado em avaliações periódicas” e, dotando os “administradores de técnicas adequadas”, o número de servidores pode ser revisto.

No projeto de Lei dos DG’s, o 2º artigo estabelece que 35% dos salários serão compostos pela Gratificação de Gestão de Processos de Trabalho (GPT) e o artigo 6º que os órgãos do poder Judiciário da União poderão instituir prêmio de produtividade, quando cumpridas as metas institucionais.

Caso aprovada, a proposta dos DG’s materializará imediatamente duas das iniciativas apresentadas pelo Documento 319: as metas institucionais e as premiações por eficiência. Porém existem outros dois enormes riscos aos servidores: as avaliações por desempenho, que já estava presente na primeira proposta dos DG’s, e a demissão do serviço público, pois é a única maneira de haver a redução do quadro, conforme defende o Documento.

Banco Mundial

Criado em 1944, o BM financiou os países no pós-guerra. Atualmente, 184 países o compõem. A instituição tem imposto aos países em desenvolvimento as privatizações e as reformas estruturais (previdência e trabalhista).

EM 2008 o BM publicou Estratégia de Parceria com o Brasil, ocasião em que autorizou empréstimos e estudos ao país. Como de praxe, a entidade considerou as despesas públicas, o crescimento do setor privado e as barreiras a esse setor.

Jornal do Judiciário
Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo

DIRETORIA: Ana Luiza de Figueiredo Gomes; Ana Maria Fevereiro; Antonio Carlos Correia; Antonio dos Anjos Melquiades; Cláudio Soares Correa; Cleber Borges de Aguiar; Démerson Parreira Galvão Dias; Eliseu da Silva Trindade; Erlon Sampaio de Almeida; Inês Leal de Castro; Jorge Costa; Leica Cláudio Silva; Luis Fernando Pasin; Maria Angélica Olivieri; Maria Cecília Pereira; Marcelo Penna Kagaia; José Carlos Sanches.

Sede: Rua Antonio de Godoy, 88/16º - São Paulo/SP - CEP 01034-000 - tel. (11) 3222 5833 - fax 3225 0608 - e-mail: sintrajud@sintrajud.org.br / **Subsede Baixada Santista:** R. Proost de Souza, 35 - Santos/SP cep11040-090 - e-mail: sintrajudsantos@uol.com.br - tel. (13) 32383807 / **Subsede Barra Funda:** R. Marquês de São Vicente, 235 - 19º and. - Bl. B - B. Funda/SP - cep01139-001 - e-mail: subbarrafunda@sintrajud.org.br tel. (11) 3392 3728 / 3525 9672 **Editora:** Jocilene Chagas **Jornalistas:** Adriana Delorenzo e Carlos Eduardo Batista **Colaborador:** Hélcio Duarte Filho **Diagramador:** Gustavo Ferreira **Tiragem:** 13.000